

# Presidente define Messias no STF. Boulos vira ministro

Presidente confirmou troca na Secretaria Geral da Presidência

Por Sabrina Fonseca

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já disse ao advogado-geral da União que ele será o novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), no lugar de Luís Roberto Barroso, que anunciou sua aposentadoria há duas semanas. Esperava-se que Lula fizesse o anúncio já na segunda-feira, o que não acontecera até o fechamento desta edição. Lula, porém, fez outro importante anúncio. O deputado Guilherme Boulos (Psol-SP) será o novo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, substituindo no cargo Márcio Macedo. Será tarefa de Boulos faz a articulação do governo com os movimentos sociais.

O Correio da Manhã apurou que Lula já fez o convite a Messias, que agora precisa somente ser oficializado. A expectativa é que isso ocorra nesta terça-feira (21) antes de o presidente embarcar para a Malásia, onde participará de reunião da Associação das Nações do Sudeste Asiático.

Confirmada a indicação, Messias será sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça



Guilherme Boulos, o presidente Lula e Márcio Macêdo

(CCJ) do Senado. Para se tornar ministro, terá de receber a aprovação da maioria absoluta – 41 votos– no plenário da Casa. Ainda não há um nome para substituir Messias na AGU.

A reunião da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) ocorrerá em Kuala Lumpur, entre os dias 26 a 28 deste mês. A expectativa é que Lula se encontre com Donald Trump (Republicanos), numa reunião bilateral paralela.

### Jorge Messias

Jorge Messias, de 45 anos,assumiu a chefia da Advo-

cacia-geral da União no início do terceiro mandato de Lula, em 2023. Anteriormente, ele foi subchefe para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Presidência da República do governo de Dilma Rousseff. Tornou-se um dos protagonistas da Lava Jato, em 2015, quando teve seu nome citado em uma ligação entre Dilma e Lula, que estava sendo investigado. À época, a então presidente se referiu ao advogado como “Bessias”. A ligação foi interceptada por ordem do ex-juiz Sérgio Moro, atual senador pelo União Brasil do Paraná, que julgava o caso.

# Ibama autoriza Petrobras a explorar na Foz do Amazonas

Por Sabrina Fonseca

A Petrobras anunciou, na segunda-feira (20), a autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para perfuração de um poço exploratório localizado na Foz do Amazonas, na Margem Equatorial brasileira. O objetivo da operação é pesquisar petróleo e gás nessa região, já que a área é apontada como uma possível nova fronteira de exploração.

O Ibama informou que a permissão foi liberada após a Petrobras realizar uma série de aprimoramentos em seu projeto. A estatal, por sua vez, garantiu ter demonstrado a plena capacidade e solidez de seu aparato de preservação ambiental que será empregado durante a perfuração.

A Petrobras também garante que o desenvolvimento de novas áreas de exploração é crucial para garantir tanto a segurança energética nacional quanto os fundos necessários para uma transição energética justa. Além de que, de acordo com a organização, existe a possibilidade de gerar empregos, aumentar a arrecadação e participação de um desenvolvimento regional e nacional.

### Comemorações

A autorização do Ibama dada à Petrobras foi vista como positiva por algumas figuras políticas, especialmente da região Norte. Como por exemplo, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que ter recebido com “entusiasmo” o anúncio e que a decisão marca um “passo histórico para o desenvolvimento do Brasil”, em especial para o seu estado, o Amapá.

“Recebo com grande entusiasmo a autorização do Ibama para a pesquisa exploratória Margem Equatorial. Essa decisão marca um passo histórico para o desenvolvimento do Brasil, em especial para o meu estado, o Amapá, e para toda a região Norte.Trata-se de uma conquista que consagra a boa técnica, o diálogo e a respon-

sabilidade, valores que sempre defendi ao longo dessa caminhada. O Brasil tem condições de explorar suas riquezas naturais de forma responsável, com segurança e transparência. A autorização do Ibama reafirma que é possível conciliar crescimento econômico e preservação ambiental, garantindo que os benefícios dessa atividade cheguem às populações locais e fortaleçam a soberania energética nacional”, comemorou Alcolumbre.

Já o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse que a decisão é um “dia histórico” para o Amapá e para a transição energética do Brasil. A defesa da exploração de petróleo na Foz do Amazonas foi o motivo que levou Randolfe a deixar a Rede, pelas divergências com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Marina é uma posição contrária à exploração dentro do governo. Ela não se pronunciou sobre o anúncio do Ibama.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, declarou que a exploração da região é o “futuro da nossa soberania energética”.

A pesquisa de petróleo na Foz do Amazonas é um conjunto de estudos e atividades técnicas voltadas a descobrir se há petróleo e gás natural na região

onde o rio Amazonas encontra o oceano Atlântico, entre os estados do Amapá e do Pará.

O processo envolve a coleta de dados geológicos e sísmicos para identificar possíveis reservatórios de petróleo no subsolo marinho e, caso haja indícios promissores, a perfuração de poços exploratórios.

### Riscos

O objetivo é avaliar o potencial econômico da área e determinar se a exploração comercial seria viável. No entanto, o tema é cercado de controvérsias. De um lado, defensores afirmam que a exploração poderia gerar empregos, arrecadação e desenvolvimento regional. De outro, ambientalistas alertam para os riscos que um eventual vazamento de óleo traria a ecossistemas sensíveis, como recifes de corais, manguezais e espécies marinhas que vivem na região. Por isso, a pesquisa na Foz do Amazonas é vista como uma questão que envolve tanto interesses econômicos quanto a necessidade de preservar o meio ambiente.

Para a professora de inovação e sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), Hannah Salmen, a área tem espécies em extinção e riscos a comunidades de povos originários que vivem

Como ministro do STF, deverá ficar na Corte por três décadas. Isso porque, de acordo com o regimento interno do STF, os ministros devem se aposentar ao completar 75 anos.

### Boulos

O presidente Lula também decidiu fazer mais uma mudança na Esplanada. O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) assume a vaga do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo. O chefe do Executivo se reuniu, com ambos e, ao final, anunciou a mudança na pasta.

O motivo da troca seria uma estratégia para as eleições de 2026, visto que Boulos tem um histórico positivo para o governo de “militância” que poderia ajudar Lula a se aproximar de movimentos sociais.

Quem deverá suceder Boulos na Câmara dos Deputados é o cientista Ricardo Galvão, atual presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ele foi eleito suplente pela coligação PSOL/Rede em 2022.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Pacheco entraria na vaga de Cármen ou na de Gilmar

## Pacheco no STF: solução seria fazer a fila andar

Entre os senadores circula a informação de que governo teria encontrado uma saída para garantir as indicações de Jorge Messias e do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para o Supremo Tribunal Federal.

Pela proposta, haveria um acordo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), defensor de Pacheco: Messias, atual ad-

vogado-geral da União e preferido pelo presidente Lula, seria a bola da vez, iria para o lugar de Luís Roberto Barroso.

Já a cadeira do senador ficaria para 2026, numa das duas vagas que seriam deixadas pelos ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. Ambos repetiriam Barroso e antecipariam suas saídas do STF antes de chegarem à idade-limite de 75 anos.

### Saídas

Segundo o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), a antecipação da saída de Cármen Lúcia, que completou 71 anos em abril, é dada como certa: ela poderia ficar no STF até 2029. Gilmar completará 70 anos em dezembro — se quiser, só sai da corte em 2030.

### Clube do Bolinha

A indicação de Pacheco no lugar de Cármen Lúcia, porém, geraria um problema adicional para Lula — sua substituição por um homem geraria ainda mais protestos. Semana passada, a ministra defendeu que a vaga de Barroso fosse preenchida por uma mulher.



Favorito de Lula é advogado-geral da União

## Segundo Portinho, do PL, Messias será aprovado

Apesar de ser da oposição e de seu alinhamento com o Jair Bolsonaro, Portinho afirma que Messias será aprovado pelo Senado caso venha mesmo a ser indicado por Lula.

De acordo com ele, o governo tem votos suficientes até para “aprovar o saci-pererê com um pé nas costas”.

Ressaltou que o então

ministro da Justiça Flávio Dino foi aprovado com 47 votos — seis além do número necessário (31 senadores votaram não e dois se abstiveram).

Segundo Portinho, a questão é simples: os votos são secretos, mas acabam vazando. E senadores não querem ficar mal com quem pode vir a julgá-lo.

### Fura poço...

Enquanto pressiona por Pacheco, Alcolumbre coleciona vitórias. A mais recente foi a autorização do Ibama para que a Petrobras perfure seu primeiro poço em águas profundas na foz do Rio Amazonas. O presidente do Senado liderava o lobby pela medida.

### Ameaça

Enquanto isso, a oposição na Câmara tenta destruir o projeto da anistia com um argumento que envolve Alexandre de Moraes. Alega ter chances de, em 2026, eleger mais da metade das vagas do Senado que estarão em disputa. Cada estado elegerá dois senadores.

### ...e cede voto

O próprio Lula não escondia ser favorável à exploração de petróleo na região, mas preferia que o anúncio do Ibama ficasse para depois da COP 30, a conferência da ONU sobre o clima que começará no próximo dia 10. A necessidade de agradar Alcolumbre antecipou a medida.

### Impeachment

Essa possibilidade daria à oposição a chance de, a partir de 2027, pautar e aprovar o impeachment de Moraes. Isso só seria evitado com a aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita. Apesar da ameaça, a proposta de perdão e/ou de diminuição de penas continua parada.